

**UM OLHAR SOBRE FERNANDO DE AZEVEDO: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES  
PARA A DISCUSSÃO DA EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

**A LOOK ON FERNANDO AZEVEDO: SOME CONTRIBUTIONS TO THE  
DISCUSSION OF EDUCATION ABOUT THE FIRST REPUBLIC**

Leonardo da Costa Ferreira<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo traz, como objetivo central, uma discussão sobre a atuação historiográfica do educador Fernando de Azevedo, em prol da construção de uma memória do desalento acerca do panorama pedagógico e administrativo da educação brasileira anterior a era Vargas (1930-1945).

**PALAVRAS-CHAVE:** brasil; fernando de Azevedo; história; educação; república.

**ABSTRACT:** This article brings out, as mean objective, the discussion about the historiographical performance of the educator Fernando de Azevedo, towards building a despondency memory about the educational and administrative panorama of brazilian's educations preceding the Vargas age (1930-1945).

**KEYWORDS:** brazil, fernando de azevedo, history, education, republic.

## **INTRODUÇÃO**

A visão que transformou a Primeira República em República Velha (1889-1930) - longe de ser despolitizada, neutra ou técnica - tem uma história que, no caso dos interesses e objetivos desse trabalho, começa quando alguns reformadores educacionais nomearam aquele momento de nossa história como sendo do velho, do caos, do vazio de ideias e de propostas educacionais. Em suma, como do pré-profissional e do pré-científico. Tudo pensado e estruturado em contraponto ao período da Era Vargas (1930-1945).

Para realizarmos a reconstrução do “envelhecimento” dos debates e projetos de educação na Primeira República será de fundamental importância a obra de um reformador educacional chamado Fernando de Azevedo que, direta e indiretamente, participou da estrutura política e administrativa do autoritário período do Estado Novo (1937-1945). Regime cuja propaganda afirmava serem suas políticas educacionais completamente opostas a tudo que tinha sido feito durante os períodos anteriores, em particular na Primeira República, cujos projetos na área da educação seriam supostamente desconectados da realidade, fragmentados e oligárquicos.

O reformador acima citado ajudou a criar duas “grandes verdades”. A primeira supõe que

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2015), professor de história das redes públicas de ensino do Estado e da Prefeitura da Rio de Janeiro (2003) e autor do livro Reformar para conservar: Debates e propostas educacionais na cidade do Rio de Janeiro entre 1871 e 1889 (Publit, 2015). E-mail: lucnardo1@gmail.com.br

todas as políticas educacionais entre a Proclamação da República (em novembro de 1889) e a ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República (em outubro de 1930) teriam sido criadas, pensadas e desenvolvidas para os interesses exclusivos das elites agrárias. O que levou muitos historiadores da educação, alguns bastantes atuais, a justificar ou explicar o alto número de analfabetos (cerca de 82% em 1900) a partir de constatações simplórias como a citada a seguir: “... as classes dominantes brasileiras, especialmente as que vivem do campo, sempre demonstraram desconhecer o papel fundamental da educação para a classe trabalhadora”. (CALAZANS, 1993, p. 16)

A segunda grande “verdade” foi conceber o ano de 1930 como um marco inaugural das políticas públicas educacionais. Ou seja, que somente a partir da “Revolução de 30” houve o surgimento de políticas educacionais e programas de escolarização considerados relevantes para as populações trabalhadoras do Brasil como, por exemplo, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930. Pelo fato de essas duas grandes linhas de raciocínio terem recebido o suporte historiográfico de Fernando de Azevedo, esse será o assunto em debate nas linhas vindouras.

## **FERNANDO DE AZEVEDO**

Fernando de Azevedo (1894-1974) foi um homem de prestígio nacional e internacional atuando nas áreas da Educação, Sociologia e da Política. Recebeu, inclusive, homenagens, prêmios e honrarias como a “Cruz Oficial da Legião de Honra da França” (1947). O professor foi o redator e primeiro signatário do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (1932) e dirigiu instituições como a Associação Brasileira de Educação (1938), a Sociedade Brasileira de Sociologia (1935-1960) e a Internacional Sociological Association (1950-1953).

O que marcou a trajetória de vida de Azevedo foram suas atuações como “reformador educacional”, já que foi o condutor de diversas reformas curriculares enquanto administrador da Instrução Pública do Distrito Federal (1926-1930); da Instrução Pública do Estado de São Paulo (1933); da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo (1941-1942); da Secretaria de Educação e Saúde do Estado de São Paulo (1947); do Centro Regional de Pesquisas Educacionais (1956-1961) e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Cidade de São Paulo (1961) (COSTA, 2005, p. 27-39).

Sua extensa obra versa sobre vários assuntos. Para os interesses deste trabalho, a mais importante, sem dúvida, seria a coletânea *A Cultura Brasileira* (1943), um livro marcado por um misto de pesquisa, de ensaio e de memórias. Em seu prefácio, Azevedo informa categoricamente

que entre seus projetos de vida nunca pensou em enveredar por uma “larga investigação” da cultura nacional se não fosse pelo pedido do presidente Getúlio Vargas, visto que, Sua Excelência havia lhe requisitado para escrever uma obra que servisse como apoio aos resultados colhidos pelo censo de 1940 (AZEVEDO, 1943, p. 24).

A fim de atender ao pedido do, então ditador Getúlio Vargas, o professor Fernando de Azevedo decidiu investigar a nossa cultura através de uma análise sobre a história da educação brasileira, porque segundo ele, os estudos das políticas educacionais, desde suas origens até o estado atual, na estrutura e na finalidade, podem dar uma “visão de conjunto” ou da “evolução” do “nosso estágio cultural”, pois, segundo Azevedo, somente olhando como cada povo tratou a educação de seus filhos seria possível:

...reconstruir a nossa evolução social, a nossa concepção de vida e de homem, a nossa hierarquia de valores, como também as mudanças que se operam nas nossas concepções e na nossa mentalidade particular, como o tipo, as espécies e o grau de cultura que atingiu e se exprime (...) através das gerações (AZEVEDO, 1943, p. 46).

## **CONSTRUINDO O VELHO E GLORIFICANDO O NOVO**

Para Fernando de Azevedo as políticas educacionais da Primeira República eram envelhecidas porque os dirigentes das nossas primeiras quatro décadas republicanas não quiseram acabar com a influência deixada nessas terras por uma empresa, a Companhia de Jesus e por uma legislação, o Ato Adicional de 1834. A empresa teria emperrado nossa educação no aspecto pedagógico e a legislação mencionada pelo lado político e administrativo (AZEVEDO, 1943, p. 510-520).

A chegada da Companhia de Jesus, em 1549, marca o início da história da educação no Brasil. Os membros dessa ordem religiosa, chamados de jesuítas, logo que desembarcaram fundaram vilas, conventos e colégios voltados para uma obra missionária destinada a espalhar, no Novo Mundo, a religião católica. A importância da educação na obra jesuítica, para Azevedo, pode ser medida por um fato histórico: não havia passado nem quinze dias da fundação de Salvador e já funcionava uma escola de ler e escrever na cidade (AZEVEDO, 1943, p. 503).

Na visão de Azevedo, os jesuítas, humanistas, por excelência, “os maiores de seu tempo”, procuravam desenvolver em seus alunos o ideal do “homem culto cristão”, isto é, do amante pelas atividades literárias e acadêmicas ao mesmo tempo em que repudiavam as atividades manuais, técnicas e científicas. Essa característica, de acordo com Fernando de Azevedo, fechou nossa educação ao espírito crítico e de análise, algo que vinha se desenvolvendo no norte da Europa, em

particular entre os ingleses, alemães e holandeses. A continuidade da tradição educacional jesuítica e seu caráter anti-cientificista seria um dos pilares que justificavam o atraso educacional do povo brasileiro. Conforme demonstra a seguinte passagem:

...o espírito de análise e de crítica, a paixão pela pesquisa e o gosto da aventura intelectual que teriam sem dúvida alargado o nosso horizonte mental e enriquecido, no campo filosófico, a nossa cultura ficou, com os jesuítas, limitado as letras (AZEVEDO, 1943, p. 518).

Essa marca humanística e não científica de nossa educação se estendeu até as primeiras quatro décadas da República, pois seus políticos e governantes acabaram preferindo manter a primazia de uma educação “humanística e bacharelesca” e não uma outra – mais moderna – voltada para as “atividades manuais e técnicas”. Um trecho que clarifica com nitidez a linha de raciocínio defendida por Fernando de Azevedo é o seguinte: “Para 8 faculdades livres de direito que se criaram durante os primeiros 20 anos da República, não se fundaram se não 3 de engenharia – a Escola Politécnica, a Escola de Engenharia Mackenzie College, em SP, e uma outra, particular no RS” (AZEVEDO, 1943, p. 622).

No entendimento de Fernando de Azevedo, a classe dominante da República de 1889 não trabalhava em prol de uma “cultura científica” e nem elaborava qualquer plano em conjunto com os Estados para poder estimular ou criar uma “nova política de educação” voltada para a cultura pedagógica, técnica, agrícola e industrial por estarem presos a “nefasta” tradição educacional jesuítica.

Nesse aspecto, coube aos esforços de “espíritos raros” como Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e Emilio Goeldi, sem apoio oficial, construírem instituições “magníficas” como o Museu Paulista, o Museu Paraense ou o Instituto Manguinhos. O trabalho desses homens, para Azevedo, demonstra claramente que:

... na fase inicial do ciclo republicano, nada se empreendeu para mudar a mentalidade da elite dominante, por meio de grandes escolas prepostas não somente a formar especialistas altamente qualificados nos diversos ramos do saber humano como também a promover os progressos das ciências (AZEVEDO, 1943, p. 626).

Apesar de considerar a existência de uma dada influência negativa da educação jesuítica na montagem do sistema educacional e do tipo de ensino ministrado no Brasil, Azevedo lhes dá um crédito. Sua herança teria permitido ou garantido a construção de nossa “unidade nacional” em uma época em que não havia “unidade política”. Explicando melhor, ao difundirem uma língua (português), uma religião (católica) e uma cultura (humanística), os padres da Companhia de Jesus

ajudaram a construir uma “sólida unidade territorial” em detrimento dos nossos vizinhos latinos que pulverizados por uma série de ordens religiosas não conseguiram formar uma grande nação como a brasileira (AZEVEDO, 1943, p. 535). Entretanto, isso não modificava o panorama de “desalento” que tomava conta da “educação nacional”.

Essa situação, segundo Azevedo, ficaria ainda pior após a promulgação do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 porque o mesmo transferiu do governo central para as Assembleias Provinciais o encargo de regular a educação primária e secundária. Desse modo, tal legislação teria exonerado o Império “... do principal dos deveres públicos de uma democracia [sic], que é o de levar a educação geral e comum a todos os pontos do território e de organizá-la em bases uniformes e nacionais” (AZEVEDO, 1943, p. 566).

O resultado do Ato Adicional, segundo Azevedo, no decorrer das décadas, foi uma completa desordem administrativa e pedagógica no Brasil cujo resultado concreto foi a ausência de uma “...unificação política e a não consolidação educacional de um sistema de ensino público, se não uniforme e centralizado, pelo menos subordinado a diretrizes comuns” (AZEVEDO, 1943, p. 568). Ou seja, o Ato de 1834 transformou a política educacional brasileira, no decorrer de todo o século XIX e início do século XX, em algo “anárquico” e “desagregado”. Azevedo revelou que esses erros educacionais só seriam corrigidos pelo atual presidente Getúlio Vargas principalmente após, o mesmo, ter criado, em 1930, o Ministério da Educação e Saúde, um marco do progresso educacional que o país vivia desde o começo da década de trinta.

Obviamente que o grande pecado dos legisladores do Período Regencial (1831-1840) foi terem descentralizado o nosso sistema educacional. Descentralizar, na visão de Fernando de Azevedo (um sujeito partidário de uma concepção de estado autoritário e centralizador) era o equivalente a desorganizar ou abdicar. Por isso, seu encantamento com o centralizador e ditatorial regime do Estado Novo (1937-1945). Dessa forma, ao longo da obra *A Cultura Brasileira* (1943), o educador fazia pesadas críticas ao regime republicano de novembro de 1889 marcadamente federalista e descentralizado.

Nesse sentido, os congressistas da constituição de 1891 teriam errado ao insistirem na descentralização educacional, ou seja, teriam errado ao manterem a lógica organizacional do Ato Adicional de 1834. De fato, eles conseguiram piorar o cenário educativo brasileiro. No julgamento de Azevedo, o regime de novembro de 1889 “Em vez de arredar os obstáculos à organização de um sistema geral, a República não fez mais que agravá-los renunciando ao dever que lhe indicavam as instituições democráticas de dar impulso e traçar diretrizes à política nacional de educação” (AZEVEDO, 1943, p. 611).

A estabilidade política que o ensino de caráter jesuíta-humanístico e o panorama de descentralização administrativa vivido pelas políticas educacionais no Brasil somente começou a ser abalada após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A grande guerra que permitiu ao país viver um dos maiores surtos de crescimento

“...industrial que se verificou, na evolução econômica da nação provocando o surgimento de grandes núcleos urbanos, no RJ e em SP, que geraram mudanças na paisagem urbana e social e demandas por um novo tipo de educação” (AZEVEDO, 1943, p. 643).

Azevedo vê a guerra como importante porque deflagrou uma “vontade de destruir” e um “impulso reconstrutor” possibilitando o surgimento de “novas correntes de pensamento” como

“... a democracia de Wilson, o socialismo da Alemanha, o bolchevismo da Rússia e o fascismo da Itália, são de tal modo importantes, violentos e precipitados que empolgam a atenção do mundo e, no Brasil, a opinião pública é sacudida por eles” (AZEVEDO, 1943, p. 643).

Além disso, havia descortinado aos educadores brasileiros todo um panorama de reformas que aconteciam pelo mundo como a realizada por Otto Gloeckel na Áustria, Leon Bérard na França, Gentile na Itália e, por fim, Lunatcharski na Rússia comunista.

Foi nesse ambiente de agitação de ideias, de transformações econômicas e de expansão de centros urbanos que se iniciou o “movimento reformador da cultura e da educação” na década de 1920. Movimento marcado, na historiografia, pela criação, em 1924, da Associação Brasileira de Educação (ABE) por Heitor Lira que, na opinião de Azevedo difundiu as novas propostas pedagógicas – através de conferências nacionais e regionais – vindas dos Estados Unidos e de outros países europeus como a Inglaterra, a França, a Alemanha e a Espanha. Mas, também, por reformas educacionais como as de Sampaio Dória, em 1920, em São Paulo; seguida pela de Lourenço Filho, em 1924, no Ceará e outras como as de Carneiro Leão, no Rio de Janeiro e Lysimaco da Costa, no Paraná. Essas reformas não eram “... uma política orgânica traçada pelas elites governamentais, mas antes tendências pessoais de educadores determinados, que agiam por conta própria” (AZEVEDO, 1943, p. 645-646).

Azevedo acredita que o resultado da ABE e daquelas reformas, realizadas ao longo da década de 20, isto é, no, pré-30, não foi significativo. Isso, porque para cada reforma realizada se sucediam “contrarreformas” transformando aquele decênio, do ponto de vista das políticas educacionais, em uma época pendular levando a estrutura educacional do Brasil a entrar nos anos de 1930 no “ponto morto”.

## **DESCONSTRUINDO O NOVO**

Nas páginas anteriores ficou evidente que Fernando de Azevedo considerava que frações majoritárias da classe dominante (notadamente após o Ato Adicional de 1834) por terem sido tradicionalmente adeptas de uma educação jesuítica, humanística e bacharelesca formaram gerações de políticos e de dirigentes sem compromisso e laços com a realidade internacional e nacional. Os mesmos ficando cegos para a nossa verdadeira vocação econômica: a indústria de transformação que somente poderia ser alcançada através de investimentos em uma educação técnica e científica.

Nesse sentido, Azevedo acredita que após Getúlio Vargas ter incentivado a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1930), ter autorizado a promulgação da Reforma Francisco Campos (1932) e não ter criado empecilhos à fundação da Universidade de São Paulo (1934), o Brasil teria acertado seu passo rumo a uma sociedade e a uma educação que valorizasse o conhecimento e o trabalho técnico e industrial.

Fernando de Azevedo é extremamente crítico a todo o período pré-Vargas, em particular à Primeira República (1889-1930), porque acreditava que o domínio nessa época pelas oligarquias rurais colocou a nação às margens do desenvolvimento econômico. Um exemplo seria a incipiência no número de escolas técnico-profissionalizantes voltadas para a formação de uma mão de obra fabril.

Nesse aspecto, na pressa em criticar os governos daquele período, Azevedo optou por não discutir que a preponderância do modelo agrário-exportador - que ainda constituía a coluna mestra de todo o nosso sistema econômico e a pequenez da atividade industrial - apenas em esboço e introdução, não justificava, de fato, pesados investimentos em escolas voltadas para a formação de operários.

Assim sendo, Fernando de Azevedo terminou por ignorar um fato histórico importante: a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices (EAA), em 1909, pelo então presidente Nilo Peçanha através do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909. Responsável pela criação de quase vinte estabelecimentos educacionais federais no nível do ensino primário voltados para a formação de trabalhadores do setor secundário e do setor terciário (FERREIRA, 2015, p. 160-181).

É interessante ressaltar que tomar a Era Vargas como um marco educacional não condiz com uma análise mais aprofundada do contexto histórico anterior a década de 1930, já que, mesmo em um quadro de rigoroso federalismo, houve além da criação de uma rede de educação primária federal, conforme citado anteriormente, toda uma série de convênios entre a União e os Estados e destes com estabelecimentos privados laicos ou confessionais nos segmentos da educação primária,

da educação secundária e da educação técnica profissional. Eles permitiram a criação de uma razoável rede de ensino e o atendimento de um significativo número de alunos.

Nesse aspecto, a política educacional dos Estados e da União funcionou. Foram inauguradas, ao longo da Primeira República, o Instituto Agrônomo de Campinas; a Escola de Agricultura Luiz de Queiroz, de Piracicaba; a Escola de Comércio Álvares Penteado, em São Paulo; a Escola Profissionalizante Souza Aguiar, no Rio de Janeiro; a Escola de Artes e Ofícios Venceslau Brás, no Rio de Janeiro; e a Escola Agrícola de Viçosa; o Instituto Eletrotécnico de Itajubá; a Escola Doméstica de Natal e o Instituto de Agronomia e Veterinária Borges de Medeiros, em Porto Alegre (NAGLE, 2004, p. 277-280).

Em 1929, o ensino técnico profissional – aquele apontado por Fernando de Azevedo como sendo o ensino não humanista, por essência – contava com 534 unidades escolares, sendo 58 federais, 25 estaduais, 10 municipais e 441 particulares. Dentre as quais se destacavam, no universo do ensino público, laico e gratuito:

“... 36 escolas agrícolas, com a matrícula geral de 2530 alunos, sendo 8 do sexo feminino, 151 artístico-industriais, com matrícula de 21052 alunos, sendo 7688 femininas, 281 comerciais, com matrícula de 23477 alunos, sendo 5976 do sexo masculino” (NAGLE, 2004, p. 277).

A título de comparação, apesar do Ministério da Educação e Saúde sob o comando de Gustavo Capanema ter criado através de uma série de leis orgânicas o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) durante a Era Vargas foram criadas menos escolas técnicas que no período da Primeira República e além disso, informa Maria Luísa Santos Ribeiro, a legislação em vigor nas décadas de 30 e 40 preservava a antiga organização “dualista” do ensino vinda do Império, caracterizada pela coexistência de algo como dois sistemas paralelos de educação, um para o povo e outro para as elites. O primeiro iniciado na escola primária e continuado depois em escolas profissionalizantes de ensino secundário, e o segundo, igualmente iniciado na escola primária, mas depois direcionado para uma escola secundária pensada em termos pedagógicos para encaminhar seus alunos ao nível superior (Ribeiro, 2003, p. 139-151).

Desse modo, a ausência de certas instituições como a de um SENAI, por exemplo, ao longo da Primeira República, deve ser vista como um desdobramento do desenvolvimento das indústrias, da divisão e racionalização do trabalho, da multiplicação de profissões e da organização de sindicatos. Instituições que não foram dádivas de “novos homens” como Getúlio Vargas, por exemplo, que supostamente compreenderiam a realidade do povo brasileiro. Na verdade, a criação

daquelas instituições, em muitos casos, foram frutos de tensas negociações com a classe trabalhadora.

A visão que Fernando de Azevedo estabelece sobre a Colônia, o Império e especialmente sobre a Primeira República ou República Velha, como gostava de escrever, é de um período de decadência moral da história pátria. O problema é que essa perspectiva sobre o passado desqualifica e esvazia praticamente todas as políticas econômicas e educacionais da República de 1889 como alienantes e ineficientes. O oposto da Era Vargas, notadamente do Estado Novo, onde, segundo Azevedo, um governo nacionalista e não cosmopolita, com o apoio expressivo da intelectualidade mais “moderna”, estaria perfeitamente conectado com as reais necessidades da nação, elaborando uma política nacional de educação que criou e expandiu o ensino profissional, formando uma mão de obra mais qualificada e técnica através, por exemplo, do SENAI (no caso, operários) ou do Instituto de Educação (no caso, professores).

## CONCLUSÃO

Durante muitas décadas, a visão desenvolvida por Fernando de Azevedo de apresentar a Era Vargas como um marco político educacional foi uma concepção vitoriosa na historiografia da educação, já que muitos foram os pesquisadores que consideraram acriticamente a Revolução de 30 como um ponto de partida no desenvolvimento e elaboração de políticas nacionais para a área da educação. Pode-se observar essa questão através da leitura de obras extremamente populares como a de Otaíza de Oliveira Romanelli que afirmava:

O marco de 1930 é justificável, a data é de fato virada na História do Brasil, desses momentos raros na vida dos povos quando se assiste a um processo de mudança real, não só na quantidade como na qualidade (...) a data é o coroamento de longa trajetória de perguntas, perplexidades e lutas e o início de uma nova política, que se traduz em todos os planos – social, econômico e intelectual” (Romanelli, 1991, p. 10).

Isso devido muitos historiadores da educação terem considerado as obras dos reformadores ou reformistas do movimento pela Escola Nova como documentos depositários da verdade. Esquecendo que apesar de muitos educadores (como Fernando de Azevedo, Carneiro Leão, Lourenço Filho entre outros), terem possibilitado o aumento do percentual de estudantes alfabetizados ou até mesmo desenvolvidos serviços como o das bibliotecas escolares e dos museus escolares, não se pode camuflar o autoritarismo e até o preconceito desses educadores com toda uma gama de agentes, muitos anônimos, que lutaram por mais acesso à escola pública. Esquecer

esse lado dos “educadores escolanovistas”, principalmente de Fernando de Azevedo, é ser, no mínimo, conivente com essa limitada visão de história da educação brasileira.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando; *A cultura brasileira*. SP: Melhoramentos. 1943.

CALAZANS, Maria Julieta; Para compreender a educação no meio rural. In. Therrien, Jacques & Damasceno, Maria (Orgs.); *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus. 1993.

COSTA, Hebe Boa Viagem; *Resgatando a memória dos patronos: Fernando de Azevedo*. SP: Boletim da Academia Paulista de Psicologia. Maio-Agosto: Ano 25. Volume 25. Número 2. 2005

FERREIRA, Leonardo da Costa; *Educação, escola e trabalho: projetos e reformas educacionais entre o Império e a República brasileira (1889-1909)*. Niterói: Tese de Doutorado, Departamento de História. Universidade Federal Fluminense. 2016.

NAGLE, Jorge; A educação na Primeira República. In. Fausto, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*. RJ: Bertrand Brasil. Tomo 3. Volume 2. 2004.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos; *História da Educação Brasileira – a organização escolar*. Campinas: Autores Associados. 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira; *História da educação no Brasil*. RJ: Petrópolis. 1991.